



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

Segundo Seminário Avaliação e Melhoria do Gasto Público

Mesa 1: Estratégia de Governo, Avaliação e Agenda Ambiental

Avaliação de Políticas Ambientais

Sergio Firpo – Secretário de Monitoramento e Avaliação
de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos - SMA

Brasília, 23 de novembro de 2023

Série “Avaliação e Melhoria do Gasto Público”

1º Seminário

Reforma Tributária 21/08/2023

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS
#1 - NOV 2023

DESONERAÇÃO DA CESTA BÁSICA E DIREITO À ALIMENTAÇÃO
Avaliação aponta caminhos para melhorar focalização

POLÍTICA AVALIADA
Desoneração de PIS/COFINS sobre os produtos da Cesta Básica

RECURSOS ENVOLVIDOS
R\$ 34,7 BI

ANO DA AVALIAÇÃO
2021

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Política reduz preços médios da cesta em 5%
- Focalização nos mais pobres pode melhorar
- Alimentos pouco saudáveis fazem parte da lista

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS
#2 - JUN 2023

IMPACTOS DA DESONERAÇÃO DE MEDICAMENTOS
Avaliação sugere alternativas na regulação e focalização

POLÍTICA AVALIADA
Subsídio tributário a medicamentos

RECURSOS ENVOLVIDOS
R\$ 8,6 BI*

ANO DA AVALIAÇÃO
2021

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Há indícios de inflação menor para produtos desonerados
- Medicamentos representam 8,3% do orçamento dos mais pobres
- Farmácia popular e SUS alcançam melhor os mais vulneráveis

2º Seminário - HOJE

Agenda Ambiental 23/11/2023

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS
#3 - NOV 2023

DEPENDÊNCIA DA SOJA TRAZ DESAFIOS AO BIODIESEL
Produção aumentou, reduzindo gases poluentes, mas sem inclusão social e desenvolvimento regional

POLÍTICA AVALIADA
Política de Desoneração do Biodiesel

RECURSOS ENVOLVIDOS
R\$ 144 MILHÕES*

ANO DA AVALIAÇÃO
2022

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Avanço do biodiesel contribui para redução de emissões de gases poluentes
- Concentração na soja limita objetivos de inclusão social e desenvolvimento regional
- Biodiesel permite substituição gradual do diesel fóssil, mas há ameaças à competitividade

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS
#4 - NOV 2023

CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO
Políticas públicas financiadas com encargos na conta de luz

POLÍTICA AVALIADA
Conta de Desenvolvimento Energético

RECURSOS ENVOLVIDOS
R\$ 35 BI*

ANO DA AVALIAÇÃO
2019

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

- Cerca de 1/3 dos recursos avaliados subsidiavam fontes sujas
- Reduzir descontos para toda a área rural ajuda o país a crescer
- Tarifa Social de Energia Elétrica está bem focalizada e distribuída entre regiões

Próximo

Tema em definição
04/2024

DEPENDÊNCIA DA SOJA TRAZ DESAFIOS AO BIODIESEL

Produção aumentou, reduzindo gases poluentes, mas sem inclusão social e desenvolvimento regional



A obrigatoriedade de mistura do biodiesel ao diesel fóssil foi importante para ampliar a produção desse biocombustível, ajudando o país no desafio de cumprir compromissos ambientais de redução das emissões assumidos em Kyoto (1997) e Paris (2015). Porém, a concentração da soja como principal-matéria-prima inviabilizou a promoção da inclusão social e do desenvolvimento regional. Essa dependência também é questionada pelo critério de segurança energética, pois há forte determinação do mercado internacional nos preços praticados. E há ainda dificuldades para rastrear a origem de matérias-primas, prejudicando a comprovação de práticas agrícolas sustentáveis.

POLÍTICA AVALIADA
Política de Desoneração do Biodiesel

RECURSOS ENVOLVIDOS
R\$ 144 MILHÕES*

ANO DA AVALIAÇÃO
2022

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

 **Avanço do biodiesel contribui para redução de emissões de gases poluentes**

 **Concentração na soja limita objetivos de inclusão social e desenvolvimento regional**

 **Biodiesel permite substituição gradual do diesel fóssil, mas há ameaças à competitividade**

*PLOA 2023

1

No entanto, a avaliação identifica também pontos de atenção. O principal é a concentração da soja na cadeia produtiva. Isso aconteceu pois o produto já

ontava com cadeias de produção e distribuição bem estruturadas, o que levou os produtores de biodiesel, em muitos casos, a se estabelecerem próximos os polos produtores. Essa dependência majoritária e uma commodity é verificada também em outros grandes produtores de biodiesel, caso dos Estados Unidos (soja), Alemanha (colza), Indonésia (palma) e Argentina (soja).

A predominância da soja gerou consequências que não estavam em consonância com os objetivos de inclusão social e desenvolvimento regional. Por ser utilizada principalmente no Sul e Centro-Oeste, essas regiões mais desenvolvidas – notadamente o Sul – acabaram concentrando os benefícios, em detrimento dos agricultores familiares do Norte, Nordeste e Sudeste. Nesse caso, a avaliação concluiu que os incentivos oferecidos – como a desoneração – foram ineficazes para promover os objetivos propostos de inclusão social e de diversificação de matérias-primas com desenvolvimento regional.

Além disso, a dependência da variação do preço da soja no mercado internacional aumenta o risco de encarecimento do biodiesel em relação ao diesel, por fatores externos. Com isso, a avaliação concluiu que o critério de segurança energética é ameaçado

PRODUÇÃO DE BIODIESEL POR REGIÃO DESDE 2005

Produção de biodiesel (B100*) - em milhares de m³

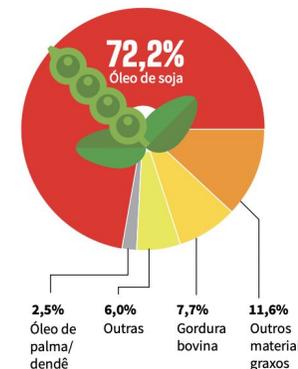


Fonte: ANP/SPC conforme Resolução ANP nº 729/2018. *Biodiesel (B100) especificado conforme Resolução ANP nº 45/2014.

Da produção total de biodiesel nacional, 85% vêm das regiões Sul e Centro-Oeste

MATÉRIAS-PRIMAS UTILIZADAS NA PRODUÇÃO DO BIODIESEL EM 2021

Em %



Fonte: Painel Dinâmico da ANP: Produtores de Biodiesel - Matérias-primas

tanto pela volatilidade dos preços da soja quanto pela incerteza que esse cenário traz para as decisões de alocação de investimento e produção.

Outro ponto de atenção destacado na avaliação é a dificuldade de rastreamento da origem das matérias-primas. Isso prejudica a comprovação de utilização de práticas agrícolas sustentáveis, pois o produtor precisaria, pelos pressupostos da política, adquirir matérias-primas cultivadas por agricultores familiares que mantenham uma reserva legal de mata, sejam cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), utilizem manejo do solo adequado para evitar degradação, utilizem rotação de culturas e aumentem a produtividade por hectare plantado.

1. De acordo com dados de 2021 do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)



[CLIQUE AQUI](#) ou acesse o QRCode e leia os relatórios de avaliação desta política

CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

Políticas públicas financiadas com encargos na conta de luz



A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo com grande aporte de consumidores privados, que financia uma série de políticas do setor de energia. A partir de 2018, os consumidores rurais e as empresas públicas de água, esgoto e saneamento tiveram suas isenções tarifárias reduzidas até sua extinção em 2023. Uma avaliação feita pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas indica que a extinção é uma medida positiva, com impacto sobre o crescimento econômico. Também mostra que 1/3 dos recursos do fundo subsidiam a distribuição em sistemas isolados (que queimam combustíveis fósseis) e a compra de carvão mineral. O novo Plano de Transformação Ecológica prevê substituição dessas fontes a fim de tornar nossa matriz energética ainda mais limpa. Em termos sociais, os subsídios se mostraram bem focalizados, incluindo famílias mais vulneráveis nas regiões Norte e Nordeste.

POLÍTICA AVALIADA
Conta de Desenvolvimento Energético

RECURSOS ENVOLVIDOS
R\$ 35 BI*

ANO DA AVALIAÇÃO
2019

CONCLUSÕES PRINCIPAIS

Cerca de 1/3 dos recursos avaliados subsidiavam fontes sujas

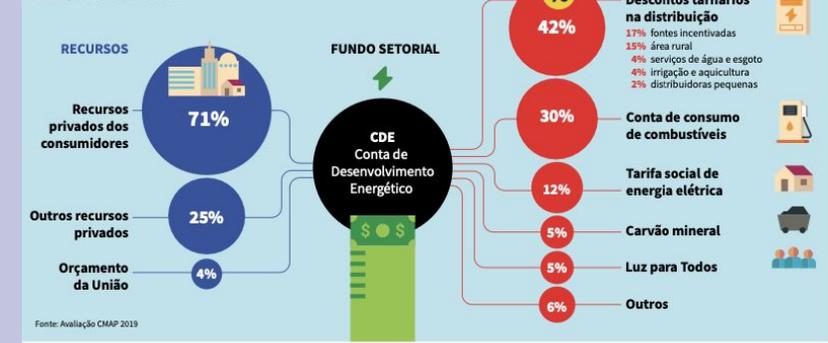
Reduzir descontos para toda a área rural ajuda o país a crescer

Tarifa Social de Energia Elétrica está bem focalizada e distribui renda entre regiões

*ANEEL, NT 140/2023

RECURSOS E BENEFICIÁRIOS DA CDE EM 2018

Em R\$ bilhões correntes

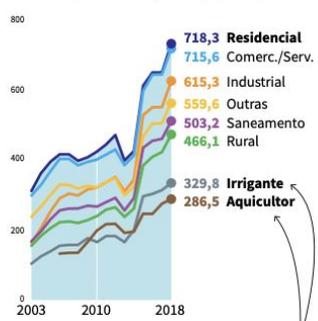


Descontos tarifários e compra de combustíveis recebem mais de 70% dos recursos do fundo

saneamento. As menores tarifas eram pagas por produtores que utilizavam irrigação e aquicultura, todos os consumidores em área rural e os fornecedores de água, esgoto e saneamento. Contudo, algumas coisas mudaram desde a avaliação. A partir de 2018, os subsídios para consumidores rurais e para serviços públicos de água, esgoto e saneamento começaram a ser reduzidos e serão extintos até o final de 2023. A avaliação demonstrou ainda que os subsídios (já em curso de extinção) para consumidores rurais (residenciais e produtores) geravam perdas de R\$ 1,4 bilhão em valores de 2016) ao ano para o país.

TARIFAS MÉDIAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA

Por classe, inclusive impostos (R\$/MWh)



Em 2018, a tarifa paga por aquicultores e irrigantes era quase metade do valor pago pelas residências. Atualmente, esse grupo segue pagando as menores tarifas.

uma política que compensa os sistemas isolados, não conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que têm custos mais elevados. O desafio é que esses sistemas isolados usam energia de fontes não renováveis e contribuem de forma negativa para as emissões de gases poluentes. Somado a isso, temos ainda que 4,5% do fundo financiava a política de carvão mineral, um apoio a usinas termelétricas para aumentar sua competitividade em áreas atendidas pelo SIN. Portanto, quase 1/3 do fundo estava direcionado a iniciativas com impacto ambiental negativo. Atualmente, esse percentual subiu para 38%.

Por fim, a avaliação constatou que, em termos sociais, a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) está bem focalizada e que há um fluxo distributivo de recursos desde as regiões Sul e Sudeste e Centro-Oeste para Norte e Nordeste.



CLIQUE AQUI ou acesse o QRCode e leia os relatórios de avaliação desta política

Mudanças no Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP

- No passado, resultados ambientais praticamente não foram abordados pelas avaliações. Prioridade para variáveis macroeconômicas.
- Novos critérios de seleção de políticas públicas a serem avaliadas – proposta ainda não deliberada que introduz critério de transversalidade e atribui maior peso às prioridades do PPA.
- Resultados ambientais deverão ser incluídos sempre que a política pública estiver associada direta ou indiretamente à agenda ambiental.

Transversalidade e desafios para a avaliação

- O CMAP avalia políticas públicas.
- Os resultados ambientais dependem de políticas públicas em diversos setores, que precisam atuar de forma articulada.
- A avaliação precisa ir além dos estudos individuais para cada política pública. Será preciso inovar produzindo análises integradas para um conjunto articulado de políticas distintas.